



O Social em Questão

ISSN: 1415-1804

ISSN: 2238-9091

osq@puc-rio.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Brasil

Sasso de Lima, Telma Cristiane
Gramsci e ações coletivas populares: uma releitura dos protestos brasileiros no ciclo 2013-2015
O Social em Questão, vol. 20, núm. 39, 2017, Setembro-, pp. 241-264
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552263357016>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Gramsci e ações coletivas populares: uma releitura dos protestos brasileiros no ciclo 2013-2015

Telma Cristiane Sasso de Lima¹

Resumo

Analisa-se o processo político aberto pelos protestos brasileiros no ciclo 2013-2015, identificando a presença de esforços organizativos nas massas populares comprometidos com a construção de uma nova vontade coletiva hegemônica, observando a dialética indivíduo-coletivo. A obra de Gramsci embasou a análise deste momento de intensas relações políticas na sociedade civil – compreendida como espaço de disputas e antagonismos férteis à educação popular dedicada na (re)politização desses tensionamentos em relação a sociedade política.

Palavras-chave

Ação Coletiva popular; Protestos; Hegemonia; Gramsci.

Gramsci and popular collective actions: a rereading of the brasilian protests in the period 2013-2015

Abstract

The political process opened by the Brazilian protests in the cycle 2013-2015 was analyzed, identifying the presence of organizational efforts in the popular masses committed to the construction of a new hegemonic collective will, observing the individual-collective dialectic. This research was based on Gramsci's work, because his analytical approach is strategic to analyze this moment of intense political relations in civil society – understood as a space of disputes and antagonisms. Popular education reappears in an attempt to (re) politicize tensions in civil society in relation to political society.

Keyword

Popular Collective Action; Protests; Hegemony; Gramsci.

Introdução

O artigo condensa parte da análise produzida na pesquisa doutoral² que, sob o arcabouço gramsciano, teve como foco principal refletir sobre as potencialidades das ações coletivas populares imersas no processo político aberto pelos protestos brasileiros de junho de 2013. Aclara intenção foi destacar a presença dos esforços organizativos das massas populares que poderiam compor e comprometer-se com a construção de uma nova vontade coletiva/hegemonia problematizou a dialética indivíduo-coletivo própria do nosso tempo.

Os protestos brasileiros intensificaram as relações políticas na sociedade civil ou tornaram claros os espaços que já existem. Sociedade civil é aqui compreendida como lugar dos tensionamentos, das disputas e dos antagonismos político-ideológicos clivados por motivações individuais que se coletivizam desordenada e intensamente, sendo ela repleta de amplos esforços que podem vir a ser intencionalmente mobilizados³. As expressões desse processo político foram observadas tanto fisicamente na ocupação de espaços públicos, quanto virtualmente no debate interativo na internet – demonstrando que existem muitas trincheiras na sociedade civil que podem servir e que já servem às lutas organizadas (sejam perenes ou não) dos subalternos. Contudo, suas dificuldades são enormes diante do *status quo* que (des)legitima certos modos de agir politicamente, que despolitiza a sociedade civil, especialmente quando nela germinam resistências, projetos críticos e transformadores das relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

É essa processualidade molecular das ações coletivas de resistência e de reação que as classes populares constroem para o enfrentamento das desigualdades fundamentais que tomamos como lentes analíticas pelas quais observamos o ciclo dos protestos brasileiros. Do ponto de vista das classes subalternas, partimos da premissa que perdemos importantes oportunidades e trincheiras no decurso dos embates políticos recentes por não termos sido capazes de nos prepararmos para as disputas no seio da sociedade civil, sem mencionar os limites na ocupação e nas práticas realizadas na sociedade política.

Ao ter no horizonte uma hegemonia radicalmente nova, entendemos que nos humanizamos ao nos conectarmos ao curso da história, ou seja, nos autoconstruímos socialmente ao compreendermos que as singularidades perpassam transversalmente a questão da individualidade humana, suas relações de classe e seu desenvolvimento universal. Este, só pode acontecer na unidade dialética que eleva os sujeitos a patamares humanísticos cada vez mais superiores ao desenvolver, simultaneamente, as esferas social, econômica, política e

cultural. Desse modo, construir um mundo novo pressupõe erigir um projeto revolucionário no qual a transformação não é externa aos indivíduos e nem lhes é outorgada apenas pela objetividade, mas os atravessa politicamente condicionando sua cultura e seus interesses econômicos, particularistas/corporativistas.

Na filosofia da práxis gramsciana, os conceitos de “homem” e de “vontade coletiva” dão as bases relacionais nas quais os sujeitos políticos se formam, pois o indivíduo e o coletivo, compõem – em todas as suas determinações – um “bloco histórico” como síntese unitária dos elementos estruturais e superestruturais, de objetividade e subjetividade. As lutas entre as classes fundamentais ajudam a construí-lo como sujeito político portador de vontades universais/coletivas ao adquirir condições para se tornar dirigente, ultrapassando o espontaneísmo⁴ e firmando uma nova direção consciente como homem-coletivo que busca superar em definitivo a relação governantes/governados.

Nessa acepção, a dimensão subjetiva supera a visão restrita de indivíduo isolado como único responsável pelo próprio sucesso e pelo “progresso” social. A ação política em sociedade é a condicionante central para o desenvolvimento crítico da consciência humana, das subjetividades, incidindo e também sofrendo interferência das condições materiais/objetivas. Significa que seguimos na direção oposta daquilo que o liberalismo expressa como ideia de individualidade que só é materializada no exercício de um mesmo tipo de liberdade entendida como uma capacidade meritocrática de mobilidade social na qual o homem individualmente é o único responsável pelo sucesso, ou insucesso, da sua condição social, de vida e de trabalho (LOSURDO, 2006).

Se toda relação humana é uma relação política, conforme tratou Gramsci, é oportuna a análise da conjuntura brasileira no ciclo de protestos que estabelecemos, tendo por recorte temporal 2013 a 2015. A massificação de protestos e a guinada conjuntural após junho de 2013 trouxeram para as ruas experiências, frustrações e dificuldades concretas da vida numa sociedade mergulhada na crise de legitimidade política e institucional. A interseção com o pensamento gramsciano ajudou a demonstrar que ainda é necessária a constituição de uma “direção consciente” frente à urgência em enfrentar criticamente o “senso comum”, a “espontaneidade” e em perceber e potencializar os “movimentos” das classes subalternas, a partir de sua capacidade de resistir e opor-se à “cultura hegemônica” – em todas as suas expressões e sentidos. Não ignoramos as críticas e os limites espontaneístas referidos ao recente ciclo brasileiro de protestos, mas eles foram – em maior ou menor escala – amplamente apresentados, debatidos e comentados por inúmeros autores.

Tomamos como referência também alguns dos estudos elaborados sobre os protestos brasileiros entre junho e dezembro/2013, em especial aqueles que, como nós, sustentam com dados que seu ápice ocorreu devido aos diversos estímulos organizativos adquiridos numa série de ações coletivas que estão em cena desde o início dos anos 2000, maturando e reunindo diferentes experiências mobilizadoras, cujo vigor popular eclodiu caoticamente nos espaços públicos urbanos, mas que nos ajudam a perceber que a sociedade brasileira segue profundamente desigual e suas instituições padecem de legitimidade.

Ao mesmo tempo, as lutas e coletivos populares diversos precipitaram-se à superfície, exigindo a visibilidade pública que lhes é negada tanto pela mídia e governos, quanto pelas abordagens acadêmicas. Ou seja, o senso comum há muito reitera que as classes subalternas não se mobilizam, não resistem, não pensam. A partir de junho de 2013, essa existência submersa ou negada passa a nos exigir atenção, mais que isso, não nos deixa ignorá-la. Encarar as ações coletivas populares como um processo cumulativo de energias dispersas que, em dado momento, encontram condições para a sua massificação, significa encará-las como elementos ativos de aparelhos privados de hegemonia erigidos também pelas classes populares e que disputam concretamente poder e narrativas.

No entanto, quem toma as ruas como principal recurso de ação política sempre é a classe que está em desvantagem socioeconômica, política e cultural. No sentido de que seu projeto ainda não reuniu condições materiais e simbólicas para ser hegemônico, edificando um consenso ativo de tipo radicalmente novo por ter sido capaz de transformar intelectual e moralmente as massas (ou grande parte dos grupos/corporações que a compõe) que, por sua vez, passam a agir ético-politicamente em prol de uma sociabilidade nova.

Como catalisar processos críticos na subjetividade popular em sintonia com a condição real dos subalternos que ampliem suas capacidades na direção de um movimento amplo de pensamento-ação pela transformação radical das relações sociais neste momento histórico no qual o individualismo é penetrante corpórea e espiritualmente?

Longe de darmos resposta a tal questionamento, nos colocamos no terreno da inquietude diante do trabalho necessário a realizar para consolidarmos o compromisso ético-político que nos faça avançar na direção de um progressivo refinamento humanístico nas lutas que se travam no cotidiano, de modo a acumularmos experiências capazes de revolucionar de fato a humanidade e suas relações. Trabalho que demanda empenhos coletivos e escolhas concretas

no arsenal de experiências das resistências populares, atentando para os erros cometidos e intencionando o fortalecimento das trincheiras existentes, bem como das que são necessárias criar para se ter retaguarda e sustentação às diferentes frentes de luta. No sentido destacado por Gramsci: que uma vez vencidas todas as frentes, a luta estará vencida em definitivo, por isso a “vontade coletiva” é para nós o fim a ser alcançado, mas também nos coloca a difícil tarefa de raciocinar sobre os meios a serem utilizados para isso.

Trata-se de abordar contemporaneamente as formas como sujeitos políticos operam conquistas “progressivas” e “processuais” de espaços de direção política e ideológica, além da formação de um consenso organizado e participativo no vasto campo da sociedade civil, pois a formação de uma “vontade coletiva nacional-popular” depende muito dessas ações e de sua capacidade de levar uma “nova classe (ou bloco de classes)” ao poder político, desenvolvendo todas as suas capacidades nacionais e, ainda, inserindo-se com altivez social, política, econômica e cultural nas relações mundiais.

As seções desse artigo encadeiam reflexões à luz dos elementos —mapeados na referida pesquisa — que contribuem para fornecer parâmetros realistas no encaminhamento do trabalho político/ideológico/cultural necessário ao enraizamento dessa “direção consciente”.

Lentes gramscianas à análise das “dinâmicas progressivas” nas ações coletivas populares

Gramsci (2016) ao tratar da tomada do poder considera que a classe ou segmento de classe que se propõe a uma transformação revolucionária da sociedade age e pensa como “dirigente” já antes de conquistar o poder político-governamental. Depois, ao “tornar-se dominante”, mesmo exercendo o poder, trabalha concretamente para expandir e dar continuidade a essa “mentalidade ‘dirigente’”. Concomitante, toda nova hegemonia opera para enfraquecer o poder de direção e de formação do consenso da classe que se cristalizou no poder. Se nossas preocupações destinam-se à capacidade das classes subalternas em tornarem-se dirigentes de um processo revolucionário, é importante compreendermos e amplificarmos as maneiras pelas quais elas conseguem, hoje, resistir às ideologias tradicionais no processo de confronto entre uma hegemonia em “crise” e uma outra ainda em germinação. Cabe lembrar que em situações de crises (de autoridade ou de hegemonia) pode ocorrer tanto a rearticulação do poder da classe dominante, via coerção e concessões, quanto à ampliação

da ocupação de espaços propulsores do consenso, bem como de direção crítica e ativa pelas classes subalternas. Significa que os protestos são apenas uma das consequências de um período de crise orgânica, ou seja, quando há a perda de hegemonia do bloco no poder que, ao ser fissurado, abre brechas para a construção de uma nova hegemonia. Conforme nossa análise, no Brasil, apesar dos esforços dos coletivos populares, foi a burguesia e os velhos oligarcas que se aproveitaram dessas brechas para retomar o poder que há dez anos vinha sendo hegemonizado no campo político pelo projeto do Partido dos Trabalhadores (PT), embora este não tenha promovido alterações fundamentais nas demais esferas da vida social.

Parece-nos válido retomar as reflexões gramscianas sobre a “guerra de posição” como estratégia revolucionária diante de cenários em que as dinâmicas capitalistas e a democracia burguesa capturam e neutralizam a participação popular, virtualizando suas estruturas com leis que não correspondem às necessidades concretas. O conceito nos ajuda a perceber os refinamentos, as dificuldades e as potencialidades construídos na disputa existente na sociedade civil entre diferentes projetos políticos. Através dele, Gramsci sinalizava que a luta política, a partir do século XX, tornou-se menos dependente da batalha direta em frentes de guerra/de assalto-combate/confrontos físicos diretos e mais dependente das ações empreendidas nas fases que antecedem a esse confronto. Significa que a superioridade estratégica estaria mais dependente das escolhas táticas e da capacidade delas de ser superior àquelas empreendidas pelo grupo opositor ao terem sido minuciosamente preparadas, de modo contínuo e abrangente, no interior das “organizações estatais” e do “conjunto de associações na vida civil”/aparelhos privados de hegemonia. Trata-se de arregimentar e preparar o maior número, ampliando a conquista de “trincheiras” e de “fortificações permanentes”, minando as resistências burguesas e movendo-se pelas dificuldades em sua complexidade (GRAMSCI, 2016).

Acepção reveladora da necessidade de um grandioso, persistente e trabalhoso processo político-pedagógico, uma vez que: tornar-se dirigente do próprio destino não resulta da mera conscientização individual como um super-humano, mas da capacidade de comprometer-se coletivamente na partilha de responsabilidades sociais e culturais necessárias à educação das massas, na qual autogovernar-se possa ser uma realidade sociopolítica, cultural e econômica de/para todos.

A hegemonia é a categoria explicativa da “direção intelectual e moral”, galvanizando todos os esforços empreendidos no processo de construção estratégica da “guerra de posição”, referindo-se tanto ao momento em que uma

classe torna-se dirigente, quanto à direção que ela, uma vez no poder, exerce sobre o conjunto da sociedade. Nesse sentido, mesmo que seja necessária a conquista da hegemonia pelo projeto das classes subalternas no âmbito da sociedade civil, sua completa realização política só ocorre com a tomada do poder político tornando-se o próprio Estado. Aí está sempre incluída a capacidade da classe hegemônica em alterar a estrutura econômica dos meios de produção e de distribuição de excedentes, pois se todos forem Estado menos necessidade haverá da existência das suas formas tradicionais.

A catarse, vislumbrada por Gramsci, aposta na capacidade dos subalternos formarem uma consciência ético-política universalizante, no sentido de conferir concretude à noção de hegemonia organicamente vinculada à democracia popular – aqui entendida como um processo progressivo de “democratização” como norma de conduta partilhada por todos, individual e coletivamente, que expande e organiza, na sociedade civil, os espaços político-participativos populares ao ponto de absorverem a sociedade política em definitivo.

O amadurecimento dos embriões de uma vontade ativa e operante em prol de interesses comuns pode contribuir para a reconstrução e a reorganização das instituições, ou seja, “a conquista progressiva de uma unidade político-ideológica – de uma direção de classe – requer, assim, a busca do consenso dos grupos sociais aliados, alargando e articulando seus interesses e necessidades na busca da superação dos seus limites corporativos” (DURIGUETTO, 2003, p. 52). Reconhecer essas alianças não consiste em prescindir da direção econômica, conforme destaca Gramsci (2016, p. 48):

[...] O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levadas em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa, mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.

Tal processo árduo exige apreender a cultura na interface com a economia e a política por se tratar do espaço de preparação e elevação da consciência crítica das massas, essa conexão é o fator decisivo no processo de criação de uma nova sociabilidade que

requer sujeitos historicamente ativos na busca de maneiras diversas para transcender as subalternidades. No entanto, preparar-se para a participação na construção do consenso, na visão gramsciana, implica em comprometer-se com a superação total da relação entre governantes e governados, modificando estruturalmente o controle da economia, da produção e da distribuição de bens e serviços, além dos vícios da burocracia. Algo grandioso, árduo, processual e permanente.

Portanto, a guerra a ser travada para a construção de uma nova sociedade assenta-se intelectual e moralmente em tipos novos de indivíduos e coletivos – sujeitos políticos – erigida através de ações minuciosas no dia-a-dia, com a compreensão de que o combate direto é apenas um elemento dentro de um processo estratégico-tático muito mais amplo. Urge enfatizarmos os elementos concretos do dissenso e das contradições presentes na sociedade civil e que, na atualidade brasileira, foram precipitados no ciclo de protestos pesquisado. Se a tarefa contemporânea exige-nos esforços para fomentar e fortalecer espaços nos quais os subalternos se compreendam como classe hegemônica, torna-se igualmente importante capturar as nuances das suas “dinâmicas progressivas” reunidas por inúmeros coletivos populares.

Em nosso tempo histórico, trabalhar concretamente para ultrapassar os interesses particularistas enjaulados nas atuais regras do jogo da representação política na democracia burguesa parece compelir ao resgate dos elementos de “bom senso” das classes subalternas para, a partir dele, ampliar a bagagem ideológica/cultural através de uma intensa “preparação ideológica das massas”, ou seja, um “trabalho de crítica, de penetração cultural, de permeação de ideias”, de construção de uma nova concepção de mundo/“reforma intelectual e moral” (GRAMSCI, 1999, p. 97).

A ação coletiva experimentada no ciclo de protestos brasileiros exige-nos novas maneiras de empreender a educação popular. Para realizá-la partimos sempre dos fatos concretos – aqui suscitados pela realidade brasileira – e os elementos que formam o “núcleo sadio do senso comum” e denominado por Gramsci (1999, p. 97-98) como “o bom senso popular”. Isso permite-nos capturar ao máximo possível os aspectos de direção consciente implícitos na própria ação (individual e coletiva). Ou seja, incorremos no desvendamento das iniciativas que a partir de junho de 2013 deixaram em aberto e/ou questionaram – progressiva ou regressivamente – as formas coletivas de organização e de representação política no Brasil, extraindo a postura de bom senso latente que ostenta “um convite à reflexão que precisa ser tocado, catalisado na direção da tomada de consciência racional”, pois naquilo

que acontece no mundo tem sempre algo de racional e que “[...] assim deve ser enfrentado, concentrando as próprias forças racionais e não se deixando levar pelos impulsos instintivos e violentos” (GRAMSCI, 1999, p. 98).

Os dados e a análise reunidos pela pesquisa reforçaram o sentimento de que ainda não amadurecemos ou não elaboramos uma nova narrativa factual capaz de ligar cooperativamente os indivíduos para além dos seus grupos corporativos, materializando experiências mais coerentes de coletivização que consigam perdurar molecularmente. Ainda assim, existe dúvida, certo inconformismo que merece ser desenvolvido e, em longo prazo, transformado em algo unitário e coerente, reconhecendo a busca dos subalternos por novos caminhos para agir politicamente, inclusive quando se abstém nos espaços de decisão, de reivindicação e de confronto seja na sociedade civil, seja na sociedade política.

As “dinâmicas progressivas” nas ações dos coletivos populares no ciclo de protestos brasileiros (2013-2015)

Reiteramos que nosso recorte analítico tratou dos aspectos organizativos que puderam ser vislumbrados a partir das ações coletivas populares mapeadas no ciclo (2013-2015) dos protestos brasileiros, ou seja, os esforços que foram empregados nas etapas que antecederam e também durante a ação coletiva de confronto. Nesse sentido, trata-se dos elementos que, precipitados como fatos de conjuntura, podem remeter a movimentos orgânicos capazes de catalisar novos impulsos nas dinâmicas de resistências cotidianas das classes subalternas, mesmo que relativamente submersas e ocultadas pelos terremotos conjunturais⁵.

Conforme referido, o espontaneísmo não é suficiente para contribuir com o desenvolvimento da hegemonia e das relações ético-políticas favoráveis ao grupo social no qual reside a força progressista da história. Destacaremos aqui alguns dos elementos potenciais que caracterizariam, em nossa visão, a subjetividade crítica presente nas classes subalternas e ainda não expressa no sentido de uma nova vontade coletiva. Inferimos que – até a massificação dos protestos em junho de 2013 – os coletivos populares buscavam construir, nos mais diferentes tipos de trabalho de base, um certo tom de crítica que intencionava qualificar e questionar o próprio conformismo político-organizativo. Este, tomado a partir de suas experiências concretas, ou seja, os coletivos populares à frente dos protestos, ou os seus iniciadores, particularmente o Movimento Passe Livre (MPL) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) buscavam estruturar uma crítica mais unitária acerca do aspecto apassivador da filosofia político-participativa hegemônica (em

especial, mas não só: ao PT nas suas expressões partidárias e de governo) e as marcas deixadas por esta conduta nos diversos grupos sociais. Para eles, o PT não fez a devida autocrítica e secundarizou a formação política contínua dos subalternos, dando-se conta desse grave equívoco apenas no momento (2015-2016) em que precisava da massa para evitar o Golpe contra o governo Dilma Rousseff.

Mapeamos que até 2013, a maioria dos coletivos populares presentes em paralisações vinham numa espiral ascendente de crítica e autocrítica aos conformismos sedimentados nas instâncias político-representativas das quais, durante algum tempo, participaram ativamente e nas quais adquiriram e exercitaram, nas palavras de Gramsci, certo “aprendizado sensorial” tanto sobre suas dinâmicas organizativa e representativa, quanto sobre as maneiras de formar lideranças, partilhar conhecimentos e de estimular os indivíduos-membro a responsabilizarem-se pelas ações praticadas; além de também questionarem o monopólio de mídias, propondo novas formas de abordar, produzir e divulgar informações sociais, políticas, econômicas e culturais cotidianas.

Alguns coletivos populares (ex.: MPL, MTST e Mídia NINJA) possuíam reflexões amadurecidas e vinham avançando no mapeamento dos elementos desse tipo de “conformismo”. Essa crítica foi encaminhada de forma diversificada, tentando transmitir com clareza os pontos de suas divergências, com as experiências político-organizativas historicamente estruturadas em partidos, sindicatos e outras associações, evidenciando também os elementos ideológicos/senso comum que por todos vinham sendo partilhados e naturalizados.

A linguagem política, que gradualmente foi sendo materializada nos coletivos populares e, em certa medida, espalhada até as classes subalternas, compunha ações dedicadas à reação contra os retrocessos nos mais diferentes direitos sociais, à precarização do trabalho, bem como ao enfrentamento ativo e propositivo dos dilemas organizativos internos aos partidos e sindicatos (por exemplo) que precisavam se oxigenar para se tornarem unificadores das demandas e das novas iniciativas populares. Tratava-se, portanto, de um questionamento público e legítimo sobre a lógica impressa na ação política calcada na conciliação e nas negociações setoriais apenas a partir dos canais de participação instituídos.

Ao observarmos as atividades e os recursos que compuseram o repertório das ações coletivas populares, além dos desdobramentos posteriores a junho de 2013, captamos os esforços empreendidos para disputar espaço na “mentalidade popular”, contribuindo para dar “personalidade ao amorfo” no sentido de atingir o núcleo de “bom senso” nela existente – usando aqui algumas das reflexões gramscianas. Tal inferência leva em

conta as ações educativas, pregressas a junho de 2013, nas comunidades das periferias urbanas. As escolas públicas, associações de bairro, sede de coletivos autônomos, praças e universidades eram os locais preferenciais para as intervenções do MPL. Já as favelas, os moradores de rua, as rádios e as lideranças comunitárias as prioridades das ações organizativas do MTST que culminavam em ocupações de terrenos e edifícios sem função social nos municípios. Nesses espaços, a disputa de narrativa foi encarada de maneira árdua, com demonstrações diárias da sua materialidade. Significa que a repercussão do debate político no cotidiano popular recorreu a recursos criativos que mesclaram novos e velhos repertórios para estimular à discussão sobre temas ligados, por exemplo, à juventude e à questão urbana. Mas sempre buscando uma perspectiva comum acerca do protagonismo de classe, conferindo-lhe historicidade e autonomia em um esforço para cumprir “a função de explicar e unificar os simples nos ideais de uma nova cultura” (GRAMSCI, 1999, p. 99).

Dessa maneira, os recursos de mobilização dos militantes populares recorreram às pautas dos movimentos sociais, apresentando vínculos diretos, porém abertos, com a cultura política mais geral da esquerda, ou seja, a ação política resultou de um longo processo de formação política que bebeu na fonte do conhecido “trabalho de base”, realizado através da territorialização das áreas urbanas e do mapeamento dos coletivos populares em luta, de modo a articular minimamente as pautas dos protestos às necessidades locais e comunitárias. As redes sociais foram incorporadas nesse processo preparatório como recursos que permitiram expandir o raio de alcance da ação dos coletivos populares, ajudando a eliminar os agentes intermediários na comunicação das experiências e conteúdos, bem como no processo de convocação e de mobilização por causas específicas. Aspecto que ficou visível quando a multidão de jovens compareceu aos primeiros protestos de rua convocados pela internet em 2013.

Esses esforços poderiam ser considerados como o início de um longo processo de enraizamento de uma nova “consciência popular”, que se sedimentava sobre dados e vivências realistas, mas que não conseguiam avançar substancialmente na construção de um projeto nacional. Referimos aqui às Revoltas do Buzu e da Catraca que consolidaram a presença do coletivo MPL em diferentes cidades ao longo de onze anos de atividades político-organizativas; e às ações conduzidas pelo MTST que têm aglutinado diferentes coletivos populares na luta por moradia. Experiências que eclodiram à superfície conjuntural em 2013, mas que não se iniciaram e nem terminaram ali, lembrando-nos que os atos de protestos são fases episódicas e temporárias no repertório de lutas.

A necessidade de produzir conteúdos contrainformativos valendo-se de amplos recursos mobilizadores reforçava o empenho dos coletivos populares para disputar a guerra de narrativas sobre os protestos, principalmente para garantir registro e fluxo às informações que eram (e são) de interesse dos sujeitos alinhados ou que pretendiam se alinhar política e ideologicamente aos conteúdos e às lutas populares progressistas e/ou de esquerdas. A ação nas redes sociais foi uma etapa importante para a alteração dos modelos de produção de conteúdos informativos, que passaram a privilegiar e a estimular o trabalho cooperativo e comunitário, fortalecendo as mídias independentes e gerando contrapontos de reflexão importantes ao inserir novas perspectivas sobre os fatos que, no decorrer dos protestos, eram evidenciados parcial e tendenciosamente pela imprensa tradicional/burguesa.

A habilidade dos jovens lidarem com aparatos e aplicativos tecnológicos oxigenou as ditas práticas jornalísticas e as amplificou em conteúdo, dando sentido ao alto fluxo informativo nas redes sociais, uma vez que o conteúdo disponível na internet apenas impacta aquele indivíduo que já sabe o que buscar nela. Para que os indivíduos compreendam como os tópicos de interesses podem ser pré-selecionados, os coletivos e seus colaboradores alimentaram e auxiliaram a compreensão do seu fluxo na internet, disseminando as notícias em diferentes mídias e redes sociais com a produção de virais, por exemplo. Essa é uma característica da geração atual que existe entrelaçada às novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) e consegue conectar (ainda que momentaneamente) sua utilidade à capacidade dos sujeitos em promover processos de mobilização e de criação de princípios que produzam uma leitura distinta da hegemônica.

Porém, não houve e não há ilusões quanto ao uso e às facilidades tecnológicas que, em si mesmas, não têm poder de interferir nos sistemas democráticos ou nas suas regras. Essas contradições estimularam o debate acerca do papel do jornalismo, pois obrigam a encarar os indivíduos como sendo capazes de complementar os conteúdos gerados, questioná-los, melhorá-los e/ou refutá-los. Nisso estão mergulhadas as disputas e as resistências simbólicas, as dúvidas e inquietudes ainda a serem exploradas por uma narrativa crítica.

A contrainformação produzida pelos coletivos de mídias independentes de orientação progressista no ciclo 2013-2015 impactou visivelmente a narrativa jornalística hegemônica e, por vezes, pautaram as notícias como fonte principal de cobertura dos protestos. O primeiro momento característico desse impacto

foi a desconstrução da narrativa jornalística oficial com imagens em tempo real dos protestos e da violência policial, evidenciando as tentativas da imprensa em promover uma congruência artificial aos temas, nomes, aportes teóricos e imagens que destoavam do *status quo*. Ou seja, o jornalismo independente jogou luz em todo o processo de editoração necessário à construção de factoides. Na conjuntura posterior (2014-2015), as ações centraram-se em documentar as ações coletivas de resistência popular, abrindo espaço para o contraditório e incentivando posturas críticas ao repercutir sobre os fatos concretos ocorridos nos protestos brasileiros e em produzir entrevistas com os participantes dos atos, revelando seu perfil, além dos alinhamentos político-partidários (ROSSI, 2015; FAUS, 2014).

A partir de 2015, passou a ser uma exigência para os coletivos populares acompanharem e usarem as diferentes mídias, observando, nas redes sociais, também os *posts*, os compartilhamentos e (re)twittes individuais. Isso era necessário para produzir contrainformação consistente que desmontasse o uso de “bots” – robôs de propagação automática de respostas a conteúdos postados na internet⁶. Foi vasto o uso de “bots” nas redes sociais de coletivos neoconservadores que somados ao patrocínio da imprensa tradicional/burguesa se transformaram em variáveis importantes para inflar os protestos antipetistas, mantendo viva e presente a passionalidade nos protestos, alimentando a virulência e as polarizações. Foi uma tática importante (ainda que baseada na fraude) para insuflar o número de seguidores virtuais, além de eficiente no processo de arregimentação de simpatizantes em diferentes classes sociais, fazendo crer que dezenas são milhões.

Esse processo, em nossa percepção, deixou visíveis os esforços na execução de ações por maior horizontalidade na participação política ao recusar tanto a verticalidade típica das decisões burocratizadas encaminhadas nas instâncias político-representativas tradicionais, quanto a onisciência da imprensa burguesa ao confrontar sua capacidade em exercer vigilância nos cidadãos. Por isso houve insistência, por parte dos coletivos populares, em criar e retratar as dinâmicas participativas como sendo “**sem líderes**”, sendo enfatizadas a exaustão como: **mera característica operacional de uma nova maneira de coordenar e de enfrentar a despolitização, buscando oxigênio na cooperação em rede, na multiplicidade de comandos compartilhados autônoma e ideologicamente e com autoria coletiva**. Ficou claro o questionamento profundo à naturalizada ideia de líder que, quase sempre, é confundida pela busca de um “salvador onipotente e onipresente”. Crítica que enfatizava o aprendizado a partir da própria experiência organizativa na tentativa de

revigorar certas referências partilhadas nos grupos sociais de origem (partidos políticos, movimento secundarista, movimento estudantil universitário etc.) para transcendê-las no sentido de reagrupar/reorganizar política e organicamente os descontentes com os espaços político-participativos existentes. Ampliar o repertório político-organizativo desses espaços poderia ter dado maior vazão aos esforços, sobretudo, da massa jovem que reclamava por ações participativas e por bandeiras de lutas mais próximas dos seus dilemas reais, ao mesmo tempo em que questionavam o próprio senso comum no qual obtiveram sua formação política.

“Sem partidos” pelo viés popular também referia à ampla e irrestrita rejeição a atual forma de operar dos partidos e, conseqüentemente, das demais instituições da democracia representativa. Esse é o conteúdo que deve ser unificado aos meios, conforme alertava Gramsci: defender o partido como sujeito coletivo significa que ele precisa ser reinventado:

[...] a capacidade do partido de reagir contra o espírito consuetudinário, contra as tendências a se mumificar e tornar anacrônico. Os partidos nascem e se constituem como organização para dirigir a situação em momentos historicamente vitais para suas classes; mas nem sempre eles sabem adaptar-se às novas tarefas e às novas épocas, nem sempre sabem desenvolver-se de acordo com o desenvolvimento do conjunto das relações de força (e, portanto, a posição relativa de suas classes) no país em questão ou no campo internacional (GRAMSCI, 2016, p.62).

Nessa direção, o sentido de **espontaneidade** enfatizado nos protestos convocados pelos coletivos populares (difere do espontaneísmo criticado por Gramsci) relacionava-se à capacidade dos coletivos de despertarem nos desengajados a vontade de livre adesão às reivindicações colocadas em pauta nas manifestações. Capacidade que só se conquistou com trabalho pregresso de “educação popular” sobre pautas realistas e pelas quais os grupos mobilizados conseguiram se perceber como habilitados a agir na defesa dos seus interesses.

Aliado a isso, a **tendência autonomista** nas ações coletivas predominava nas paralisações da conjuntura política pré-2013 devido às crescentes discordâncias dos grupos em torno de como organizar e encaminhar as pautas reivindicatórias dos trabalhadores sindicalizados ou partícipes de outras instâncias político-representativas. Era destacado como um “novo” elemento metodológico de organização, sobretudo durante as greves e paralisações deflagradas sem anuência e participação convocatória das diretorias sindicais ou partidárias. O sentido

aferido pelos sujeitos políticos que defendiam as ditas “práticas autonomistas” informava o desejo simples e concreto de estarem liberados de certo engessamento burocrático-organizativo das tradicionais estruturas e instâncias organizativas de representação política e, com isso, ter liberdade para propor e executar novas maneiras para se reagrupar coletivamente.

Tais perspectivas guiaram os jovens politicamente socializados em um novo contexto, propensos a rejeitar lideranças formais, experimentando práticas um pouco mais horizontais — ainda que virtuais — e reinventando exaustivamente a linguagem da autonomia. Assim também ocorreu o uso de recursos como depredação, a performance de violência e o anonimato na ação de confronto direto. O uso da violência (simbólica ou não) nos protestos brasileiros sempre envolve grupos em condições desiguais no uso do poder e da força, resultando no oposto daquilo que é desejado, além de fornecer elementos suficientes para a mídia construir a opinião pública — que terminou jogando água no moinho neoconservador. Apesar disso, devemos reconhecer que existem causas suficientemente mobilizadoras para que indivíduos jovens coloquem-se em risco de confrontos físicos para defendê-las. Provocar e apavorar aqueles que estão acomodados em seus privilégios no sistema é um tipo de dinâmica nas lutas populares e o uso de ações de desobediência civil também é um indicador da predominância, nas ruas, de coletivos essencialmente populares, sendo parte legítima do seu repertório de lutas a resistência contra as instituições, classes ou grupos que sobre eles exercem o poder. Para nós, a explicação sobre a ação de confronto direto não pode seguir reduzida aos qualificativos: oportunista e/ou irracional.

Todas estas reflexões ajudam a refutar as análises que apenas enfatizaram negativamente o caráter espontâneo dos protestos de junho de 2013, desqualificando a maturidade e a coerência dos sujeitos ali presentes, pois — se não houve ganhos radicais — as ações coletivas de confronto político deram, minimamente, visibilidade aos coletivos e frentes populares que há muito estavam ativos nas periferias e trabalhando na politização de pautas específicas. O aprendizado que nos parece irreversível residiu na produção de impacto, mesmo que momentâneo, na visão da população sobre si mesma acerca das ações que podem e devem operar na sociedade civil. Embriões de uma consciência política ativa que se encarnava em ações concretas de resistência, abrindo possibilidades de reação — mesmo que localizadas — à corrosão sistêmica do modelo neoliberal, mas que terminou abortada no período posterior (2014-2015) pelas elites neoconservadoras.

Não ignoramos e nem subestimamos os desafios e as contradições existentes nos coletivos populares. Mesmo assim, consideramos que a capacidade de mobilização no ciclo de protestos demonstrou que há interesse concreto (às vezes latente) da população em romper com a passividade político-organizativa. Considerar essa capacidade nos ajudaria a perceber a concretude e a intensidade das inúmeras iniciativas que poderiam ter proporcionado algum rejuvenescimento aos partidos ditos “progressistas” ou de “esquerda” para que se projetassem como educadores do “bom senso” das massas. Tais partidos poderiam ter desempenhado um papel mais consistente após os protestos de junho de 2013, principalmente durante as lutas sazonais subsequentes quando as bandeiras reivindicatórias populares foram ampliadas. Nisso, os coletivos pareciam sinalizar para a necessidade de refundar a mediação política, bem como intensificar a mobilização que os partidos tinham no passado.

Com base no estudo das considerações de Gramsci (2016) sobre os graus de consciência, homogeneidade e organização alcançados pelos vários grupos sociais implicados nas relações de força, avaliamos que os coletivos populares ainda estavam em busca de “unicidade nos fins econômicos e políticos”, intuía a necessidade de “uma unidade intelectual e moral”. Para tal, os coletivos populares nos protestos brasileiros ao questionarem os partidos não ocuparam seu lugar, mas emanaram elementos progressistas suficientes na direção de que: “se pretendiam partido” – em acepção gramsciana – ao prospectarem direção e formas políticas novas, tinham presente o “dever ser” ainda que diluído no turbilhão das energias liberadas.

Se essa afirmação faz algum sentido, os coletivos populares que se colocaram como autônomos, em certa medida, já avançaram em algumas frentes do momento denominado por Gramsci como econômico-corporativo de consciência política. Mas estão retidos numa mescla entre questionar e participar do Estado, isto é, questionam as reformas ditas possíveis dentro dos quadros político-representativos existentes, mas ainda não conseguem sedimentar novas propostas e ações capazes de ativar os aparelhos privados de hegemonia, absorvendo a partir deles a sociedade política.

Ao analisarmos o processo desencadeado pelos protestos de junho de 2013, podemos inferir que a derrocada posterior (2014-2015) das ações coletivas populares – no sentido de não terem conseguido superar o “círculo corporativo” – ocorreu por duas razões essenciais: a primeira razão refere-se ao fato de que as iniciativas necessárias à formação da “vontade coletiva” ficaram reféns da sua “fase primitiva e elementar”, pois as ações empreendidas nos protestos

reduziram-se gradualmente àquelas que compreendem apenas a fase formada pelo momento ativo, imediato, espontâneo de tomada de posição no confronto e na contraposição, ou seja, ficaram presas na fase político-organizativa que inicia o processo de crítica ao senso comum, sem conseguir projetar-se para além dela.

A segunda razão para o esvaziamento da potência crítica dos protestos de junho de 2013 refere-se à pulverização dos coletivos populares em torno de uma infinidade de “vontades singulares” marcada pela: a) incapacidade dos partidos políticos (progressistas e/ou de “esquerda”) existentes em sintetizarem os “germes de vontade coletiva” que poderiam se tornar “universais” em torno de um plano de ação dedicado a “formações permanentes”; b) característica da governança petista no âmbito do Estado que não conseguiu desenvolver e expandir “a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados”, pois as coalizões necessárias anularam as ações educativas essenciais para movimentar a “natureza dúplice” do Estado, ou seja, não foram realizadas ações inovadoras que transformassem o exercício do poder no sentido de saber dosar e empregar os aspectos: “da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal, [...] da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia etc.” (GRAMSCI, 2016, p.25-46).

Residem aí nossas fragilidades enquanto classe que se pretende hegemônica. Não bastaram o conteúdo, a força, a intensidade e a transparência das energias populares dispendidas nos protestos brasileiros. Elas foram dissipadas, usurpadas, quando não minimizadas. Desperdiçamos seu potencial progressista que irrompia germinando possibilidades ou caminhos factíveis em prol de uma nova cultura. Aprender a partir dessa experiência é urgente, pois aquilo que restou presente no imaginário coletivo segue sendo confrontado diuturnamente pela imprensa tradicional/burguesa que lembra toda a população acerca da corrosão dos ideais dos partidos (especialmente dos mais alinhados às pautas trabalhistas), compelindo-os à subalternidade e exaurindo uma visão de mundo que possa ser organizadas criticamente pelos sujeitos políticos, estes por sua vez foram sistematicamente empurrados aos movimentos de reação diante do realinhamento das hordas neoconservadoras.

Considerações finais

[...] Como na luta deve-se sempre prever a derrota, a preparação dos próprios sucessores é um elemento tão importante quanto tudo o que se faz para vencer. (Antonio Gramsci, CC14, §70).

Se a essência para o progresso de instituições e organizações sociopolíticas capazes de materializar uma democracia com densidade substantiva (nacional-popular) pertence historicamente ao movimento das massas, perdemos essa potência no curso dos acontecimentos. No sentido da sua intenção germinal que poderia ter reposicionado ativamente indivíduos e coletivos nas lutas por seus direitos e quiçá apostar na projeção de movimentos político-organizativos de longo prazo, mesmo operando a partir de bandeiras e ações corporativas imediatas, como: tarifa zero e moradia popular. Acreditamos que essa perda foi gradual, mas altamente corrosiva para as energias progressistas que haviam sido liberadas porque elas não encontraram trincheiras/retaguardas na sociedade civil/nos aparelhos privados de hegemonia capazes de potencializá-las e organizá-las em um almejado e necessário projeto “nacional-popular”.

Nesse ínterim, se pretendemos realmente construir unidade ativa em torno de um projeto por transformações radicais, foi e é preciso dispendar energias e tempo na capilarização da disputa ideológica que constrói narrativas e ações coletivas novas. Reposicionar o debate e as ações sobre a sociedade civil, bem como os sujeitos nela atuantes é um caminho. O ciclo de protestos (2013-2015) foi aqui considerado como um estágio de organização ética e política que apelou ao engajamento ativo dos sujeitos na sociedade civil, demonstrando que ainda permanece em aberto uma série de tarefas para formarmos trincheiras/retaguardas sólidas que organizem as explosões momentâneas em projeto ético-político consistente e duradouro.

Para nós, as ações coletivas populares experimentadas, em certa medida, resgataram a pauta da politização na sociedade civil e seu tensionamento em relação à sociedade política, sem abdicar da pluralidade conquistada dos direitos. Insistimos ideológica e metodologicamente sobre a necessidade de capilarizar ações que estimulem processos de politização das massas, ultrapassando a moda do engajamento, típica de reações imediatistas assumidas por “forças tradicionalmente inertes e passivas” (GRAMSCI, 2016). Para tanto, nossas ações precisam ultrapassar o momento dos protestos, dos confrontos – ainda que dele sejam partes legítimas –, para que, de maneira sistemática, possamos criar e/ou permear diversas associações, no sentido de ter nelas forte retaguarda a ser mobilizada quando necessário.

Portanto, hoje e sempre, pretender a construção de uma sociedade radicalmente democrática e igualitária assentada na hegemonia popular implica encarar a hegemonia elitista brasileira (neocolonialista, patrimonialista, escravocrata etc.)

principalmente na linha de confronto na qual estão em disputa os “projetos emanados da sociedade civil burguesa *versus* os que fermentavam na sociedade civil popular”, tendo clareza de que esta última entende: “[...] a sociedade civil como espaço de socialização dos direitos e de expansão da participação política para formar ‘dirigentes’ e construir uma hegemonia capaz de superar a concepção de poder como dominação” (SEMERARO, 2009, p.114).

A dialética instituinte desse processo histórico-social tem em potencial a sua síntese a ser explorada pelo amadurecimento individual e da superação da lógica redutora do corporativismo, mas também de compreensão e de vivência do coletivo no qual pode ser gestada uma grande frente popular oxigenada pelas iniciativas da juventude que tem lutado pelos problemas do seu tempo, organizando causas, renovando o léxico trabalhista e agregando-se ao seu repertório de lutas. Beber na fonte dos protestos erigidos pelos coletivos populares é imprescindível para resgatar e amplificar seus esforços para que as lideranças existentes ascendam de modo orgânico e unidas às suas bases de origem. Mais que isso, reverberar as energias populares pulsantes que ainda resistem como forças questionadoras das “velhas ideologias”, clamando e trabalhando ativamente para que o exercício democrático não se restrinja às urnas ou ao processo eleitoral e que não seja privilégio para poucos ou concessão hereditária.

Compreendemos que tais considerações teriam potenciais na composição de uma “guerra de posições” a ser construída e vencida também no campo da política que age para fortalecer as condições reais capazes de permitir às classes subalternas ultrapassar o momento oposicionista para avançar à etapa construtiva que “reforma” e “restaura” em sentido progressista (o fazer realista embasado nas condições objetivas e subjetivas que estão presentes, mesmo que às vezes imperceptíveis). Esse trabalho também passa pelas “formas de governo intervencionistas”, quando é necessário que essa intervenção ocorra em diferentes tipos de ofensiva e de defesa, inclusive na política através do uso consciente da dimensão coercitiva para educar o “novo”, intelectual e moralmente, operando ativamente na instituição por indução individual e coletiva de outros tipos de normas de conduta (GRAMSCI, 2016). Nisso, as conquistas setoriais/corporativas obtidas no processo de lutas das classes subalternas somam-se ao tratar-se de ação política concreta que emana da sociedade civil e absorve gradualmente a sociedade política.

Gramsci (2016) norteia esse processo a partir da indicação de esforços em pontos táticos factuais, por exemplo, nos aparelhos da sociedade política implicaria em trabalhar:

- no enfrentamento dos quadros de funcionários de carreira, operando uma redução contínua e contundente das tendências burocratizantes que desumanizam as instituições;
- na oxigenação das práticas intelectuais que dão sustentação argumentativa às práticas institucionais existentes e cristalizadas em funções inócuas, ampliando seus quadros com intelectuais quantitativa e qualitativamente de novo tipo;
- em um projeto claro, consistente e coerente, ética e politicamente, para que ele possa se tornar penetrante em todos os campos e poros, pois na sua consecução os sujeitos políticos se comprometem e se dedicam a “educar intelectual e moralmente” as massas, ou seja, amplia a democracia como prática popular concreta e direcionada às transformações progressivas, sem abdicar da tomada e da demarcação de posições firmes na vida seja estatal, interestatal, seja nas das associações político-culturais, sindicais, econômicas etc., sempre de modo simultâneo e atento aos interesses nacionais e sua relação com os diversos países etc. (GRAMSCI, 2016).

Em contrapartida, uma sociedade civil capaz de absorver esses esforços trabalha ativa e constantemente na unificação orgânica de suas “unidades singulares”, porque são elas quem realizam a democracia nacional-popular tal como defendida por Gramsci: processo no qual o desenvolvimento econômico é potencializado e induzido ideologicamente, pois também transforma a legislação no sentido de favorecer concretamente as passagens dos grupos de dirigidos para o grupo de dirigentes, sempre em conotação expansiva, dialética onde a organicidade significa:

[...] uma contínua adequação da organização ao movimento real, um modo de equilibrar os impulsos a partir de baixo com o comando pelo alto, uma contínua inserção dos elementos que brotam do mais fundo da massa na sólida moldura do aparelho de direção, que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências: ele é ‘orgânico’ porque leva em conta o movimento que é o modo orgânico de revelação da realidade histórica, e não se enrijece mecanicamente na burocracia; e, ao mesmo tempo, leva em conta o que é relativamente estável e permanente ou que, pelo menos, move-se numa direção fácil de prever, etc. [...] oferece uma fórmula elástica, que se presta a muitas encarnações; ela vive na medida em que é interpretada e adaptada continuamente às necessidades: ela consiste na pesquisa crítica do que é igual na aparente diversidade e, ao contrário,

é diverso e até mesmo oposto na aparente uniformidade, para organizar e conectar estreitamente o que é semelhante, mas de modo que a organização e a conexão surjam como necessidade prática e ‘indutiva’, experimental, e não como resultado de um processo racionalista, dedutivo, abstrato, ou seja, próprio dos intelectuais puros (ou dos puros asnos) (GRAMSCI, 2016, p. 92-93).

As ações moleculares de educação popular são fundamentais para seguirmos superando as relações hierárquicas e desiguais entre governantes e governados, sobretudo quando envolvem múltiplas frentes com capacidade de disputar terreno e ideais em todos os aparelhos que compõem o Estado. Por isso, percorremos o pensamento gramsciano para operar uma releitura do ciclo de protestos brasileiros, devido ao seu potencial combativo contra o apolitismo e a apartidarização próprias do nosso tempo ao humanizar as “organizações” e os “partidos”, demarcando-os como produtos concretos das ações humanas em sociedade. Nisso, as definições, formalizações e os limites institucionais que podem ser atribuídos a eles não os explicam por completo. “Organizações”, “partidos”, o “Estado” (sobretudo suas estruturas burocráticas oficiais e oficiosas) só podem alcançar um sentido de totalidade histórica quando somos individual e coletivamente capazes de compreender que o “espírito do Estado” move-se em sujeitos políticos conscientes que constituem, ou não, os aparelhos de governo/sociedade política e que disputam ativamente os aparelhos privados de hegemonia/sociedade civil.

Referências

BURGOS, R. Bloco histórico, crise orgânica, e emergência do novo povo Brasileiro. *Revista Praxis e Hegemonia Popular*, Rio de Janeiro, IGS/Brasil, 2016. Disponível em: <http://igsbrasil.org/praxis/artigos/burgos_seminarioUFF2016.php?id=burgos>. Acesso em: 27 nov. 2016.

_____. Sem glória, mas com certa pena: mais uma vez o conceito de sociedade civil no Brasil. SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. (Orgs.). *Movimentos Sociais e Engajamento Político: trajetórias e tendências analíticas*. Florianópolis: EDUFSC. 2014. p. 161-234.

DURIGUETTO, M. L. *Democracia: polêmicas, confrontos e direcionamentos*. 2003. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

FAUS, J. *Os abusos policiais durante os protestos no Brasil chegam ao cenário internacional*. EL PAÍS BRASIL. Publicado 28/03/2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/28/politica/1396035552_701891.html>. Acesso em: 14 abr. 2016.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere - Volume 1: introdução ao estudo da filosofia*. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Cadernos do Cárcere - Volume 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

LIMA, T. C. S. de. *Protestos brasileiros no ciclo 2013-2015: uma análise gramsciana das ações coletivas populares*. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC: UFSC, 2017.

LOSURDO, D. *Contra-história do liberalismo*. Aparecida/SP: Ideias&Letras, 2006.

ROSSI, M. *Público-alvo do MPL, periferia dá pouco fôlego para ato contra tarifa*. EL PAÍS BRASIL. Publicado 03/02/2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/04/politica/1423009008_802504.html>. Acesso em: 21 jan. 2016.

SEMERARO, G. *Libertação e Hegemonia: realizar a América Latina pelos movimentos populares*. Aparecida/SP: Ideias & Letras, 2009.

_____. *O marxismo de Gramsci*. In: Gramsci e o Brasil. Publicado em 2000. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=289>>. Acesso em: 13 out. 2016.

Notas

- 1 Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (USFC). Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Membro do Grupo de Pesquisa e Extensão Políticas Públicas, Controle Social e Movimentos Sociais (UFAL). E-mail: telma.lima@fsso.ufal.br
- 2 A pesquisa identificou tanto os elementos de força, quanto os elementos de fraqueza existentes nos movimentos dos diferentes e divergentes coletivos que tomaram as ruas, mapeou também suas ações coletivas concretas. A tese de doutorado intitula-se “Protestos brasileiros no ciclo 2013-2015: uma análise gramsciana das ações coletivas populares” (2017), foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob orientação da Prof^ª Dr^a Ivete Simionatto.

- 3 Referimos à recuperação da posição gramsciana de sociedade civil como paradigma analítico, conforme proposto por Burgos (2014) no artigo “Sem glória, mas com certa pena: mais uma vez o conceito de sociedade civil no Brasil”. Neste, o autor argumenta que essa posição é densamente politizante e ajuda a recuperar as experiências, bem como o projeto político construídos organicamente pelos movimentos sociais no Brasil nos anos 1980 durante a abertura democrática. Nos anos 1990, foi deixada de lado devido às exigências do projeto neoliberal que favoreceu a consolidação de leituras e de práticas despolitizantes para a sociedade civil.
- 4 Para Gramsci, na organização e na unidade dos trabalhadores, o espontaneísmo revela injunções exteriores e entusiasmos passageiros de gestos isolados, de rebeldia, do titanismo individual, da cega “vontade de potência”, ou seja, consiste na revolta e no protesto (SEMERARO, 2000). No entanto, ainda que sejam manifestações a serem valorizadas, Gramsci insiste no fato de que a revolta e o protesto precisam ser sempre articulados a um projeto radicalmente democrático de mundo e de sociedade no qual a “paixão” política e o “ímpeto” de se contrapor sejam educados pela razão, tornando-se “vontade operosa” que ultrapassa a simples rebelião e o “subversivismo esporádico, elementar, inorgânico”, porque toda vez que agimos para desconstruir algo (material e simbólico), precisamos empreender esforços iguais para a reconstrução (também material e simbólica) capazes de ampliar os espaços da participação coletiva que se concretizem, política e economicamente, em uma conquista a favor das classes populares (GRAMSCI, 2016).
- 5 O artigo de Raul Burgos: “Bloco histórico, crise orgânica, e emergência do novo povo Brasileiro” explora essa advertência, além de prospectar novas incursões analíticas acerca da realidade brasileira. Encontra-se online na Revista Praxis e Hegemonia Popular publicada por ocasião do evento comemorativo do primeiro ano da International Gramsci Society/Brasil ocorrido em maio de 2016: <http://igsbrasil.org/praxis/artigos/burgos_seminarioUFF2016.php?id=burgos>. Acesso em: 27 nov. 2016.
- 6 Sobre o crescimento do uso de robôs nas redes sociais no Brasil, especialmente relacionados aos conteúdos políticos, consultar reportagens em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/uso-de-robos-nas-redes-sociais-distancia-jornalismo-do-publico-diz-pesquisadora/>>; <<http://www.cartacapital.com.br/politica/robos-dominam-debate-politico-nas-redes-sociais>>; <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1524593-analise-das-redes-sociais-mostra-que-perfis-falsos-influenciaram-discussao-na-web.shtml>>; <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141024_salasocial_eleicoes2014_robos_cc>; <<https://jornalggm.com.br/noticia/como-funcionam-e-como-lidar-com-os-robos-nas-redes-sociais>>. Acessos em: 25 nov. 2015.

Artigo recebido em julho de 2017 e aceito para publicação em agosto de 2017.

